

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: UM ESTUDO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA ZONA RURAL E ZONA URBANA DE SÃO LUÍS.

Ione da Silva Guterres

Especialista em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.
Membro do Grupo de Estudos Educação, Infância & Docência – GEEID
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Sione da Silva Guterres

Especialista em Planejamento e Gestão Escolar pelo Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA. Membro do Grupo de Estudos Educação, Infância & Docência – GEEID.
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

José Carlos de Melo

Doutor em Educação e Coordenador do GEEID.
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

RESUMO

Esta pesquisa busca desvelar o processo da formação continuada de docentes, observado em duas instituições públicas de ensino da Educação Infantil de São Luís, estabelecidas na zona rural e na zona urbana. Fundamentamo-nos em: ARCE (2000), FREIRE (1996), TARDIF (2002), e nos documentos oficiais: a CF 1988, a LDBEN nº 9394/96, os Referenciais para a Formação de Professores (2002), entre outros. É uma investigação com enfoque qualitativo, desenvolvida em forma de pesquisa de campo e bibliográfica. Como instrumentos de pesquisa, utilizamos a observação participante e a entrevista semiestruturada para a coleta dos dados. O período da pesquisa ocorreu entre dezembro de 2015 à junho de 2016. Os resultados obtidos possibilitaram reflexões acerca dos saberes e práticas da formação continuada das docentes da instituição de Educação Infantil pública de São Luís, proporcionando sugestões de melhoria no processo formativo que contemple os anseios e expectativas das docentes.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Infantil. São Luís/MA.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investigativo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo desvelar o processo da formação continuada docente observado em duas instituições públicas de Educação Infantil situadas na zona rural e na zona urbana de São Luís.

De cunho qualitativo, a coleta de dados foi realizada por meio da observação participante dos encontros de formação continuada realizados no interior das instituições educativas no decorrer

de dezembro de 2015 a junho de 2016 e também de entrevistas semiestruturadas realizadas com os profissionais integrantes dessa formação: as gestoras, as coordenadoras e as professoras.

Tal pesquisa vincula-se ao Grupo de Estudos de Educação Infantil & Docência – GEEID, vinculado ao NEIUFMA (Núcleo de Educação e Infância da Universidade Federal do Maranhão). Este estudo parte do Projeto intitulado: Trajetórias das Professoras da Educação Infantil na Ilha do Maranhão.

Nessa direção, no lugar de membros do grupo e professoras da Educação Infantil, surgiu o interesse pelo tema, sobretudo, percebemo-nos como agentes transformadores do processo ensino aprendizagem, capaz de buscar continuamente os conhecimentos que proporcionam o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos em vários espaços educacionais: secretarias de educação, universidades e até nas instituições educativas da sua cidade, estado e país.

Conhecer, discutir e desvelar o processo de formação continuada docente é sempre uma oportunidade para refletirmos acerca das atividades pedagógicas desenvolvidas nas instituições de educação infantil, bem como pensar nas possibilidades e desafios da melhoria das práticas docentes.

2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIRETRIZES E MÚLTIPLOS ESTUDOS.

O objeto de estudo desta pesquisa volta-se para a formação docente na Educação Infantil. Nesse sentido, entendemos ser importante, inicialmente situarmos brevemente a situação dessa etapa da educação básica no cenário nacional. Assim, a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, está assegurada em quatro importantes documentos do governo federal: a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 208, inciso IV; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, nos artigos 29 e 30; nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, por meio da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, no art. 5º, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que ratificou afirmando que é “[...] dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco de idade” (Art. 54, inciso IV), (BRASIL, 1990). É importante considerar que a tradução desse direito em normas, representa um marco histórico de grande importância para a educação infantil em nosso país.

Nessa perspectiva, necessário se faz também voltar os olhares para a formação continuada do docente que atua na Educação Infantil, por considerá-lo, como principal responsável pelo

desenvolvimento integral das crianças, pois as discussões sobre as necessidades de formação docente para os profissionais que atuam na educação vêm crescendo a cada ano.

Faz-se mister ressaltar que vários autores, desenvolvem e ou desenvolveram estudos sobre essa área, considerando importante o processo de formação seja inicial e continuada do docente como um requisito imprescindível para o exercício da profissão, bem como para o desenvolvimento de competências que visam o aperfeiçoamento profissional, capaz de despertar no docente da educação infantil, a reflexão sobre sua prática e a partir dela produzir conhecimentos e saberes docentes que contribuam para a formação integral das crianças (ARCE, 2000; CHARLOT, 2002; FREIRE, 1996; TARDIF, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LBBN nº 9394/96 dispõe no Artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. ([Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013](#))

A proposição de políticas efetivas para a formação de professores garantidas no legislativo implica garantir a articulação entre formação inicial, formação continuada e profissionalização, isto significa que as políticas e as instituições envolvidas devem atuar de modo articulado no sentido de melhor qualificar o docente no exercício da profissão nos diferentes níveis e modalidades da educação básica, visando à garantia de um processo ensino-aprendizagem de qualidade.

De igual modo, os Referenciais para Formação dos Professores (2002, p.63), trazem consideração importante acerca da formação docente:

Portanto, a formação é aqui entendida como processo contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação, que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo. Ser profissional implica ser capaz de aprender sempre.

3 RESULTADOS E AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES:

Os espaços pesquisados foram duas instituições¹ de educação pública municipal da Educação Infantil de São Luís, localizadas nos bairros da zona rural e urbana, no período entre dezembro de 2015 à junho de 2016. Contamos com a participação de oito sujeitos, todos pertencentes ao sexo feminino, sendo duas gestoras (sendo uma gestora da zona rural e outra da zona urbana), uma coordenadora (da zona urbana) e cinco professoras (sendo duas professoras da

¹ Por questões éticas, não serão identificados os nome das instituições e nem dos sujeitos entrevistados.

zona rural e três professoras da zona urbana). A observação participante ocorreu como visita realizada nas escolas duas vezes na semana, conforme o Termo de Esclarecimento e Consentimento.

Nas entrevistas, manteve-se o foco no conhecimento e na experiência dos oito sujeitos sobre o objeto desta pesquisa, e verificamos como ocorre o processo de formação continuada dos docentes que atuam na educação infantil pública de São Luís/MA.

De posse das informações adquiridas no decorrer da investigação, analisamos os posicionamentos dos sujeitos pesquisados a respeito de como ocorre o processo de formação continuada nas referidas instituições e qual a importância da formação continuada para o trabalho docente.

Ao serem indagadas sobre a importância da formação continuada para o trabalho docente às entrevistadas responderam que a formação é importante porque os profissionais vão se capacitando para melhorar o trabalho em sala de aula bem como para o aprimoramento da fundamentação teórica docente, além disso, a formação continuada abre caminhos para a inovação pedagógica, possibilita mudanças na prática pedagógica, auxiliando no desenvolvimento dos saberes do professor, na qualidade do ensino e da educação (Informação verbal coletada durante a entrevista semiestruturada/2016).

Os dados coletados nos remete ao que afirma Freire (1996, p.39) sobre a formação de professores: “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Quanto ao posicionamento das professoras sobre como ocorre o processo de formação continuada no interior da instituição educacional, as três entrevistadas da zona urbana responderam que na instituição a qual atuam, não tem os momentos de formação continuada. Os encontros são coletivos e tratam de temas gerais, pois os mesmos não atendem as necessidades das crianças e das docentes. Convém evidenciar que as duas entrevistadas da zona rural, responderam que elas têm o horário livre, isto é, as duas professoras cumprem 1/3 da jornada pedagógica² e aproveitam um dia para tratar dos temas coletivos.

Em comentário a essa questão como ocorre o processo de formação continuada no interior da instituição educacional, as entrevistadas da zona rural e da zona urbana apresentaram

² A jornada pedagógica de 1/3 está assegurada na Lei nº 11.738/2008 (Art. 2), mais conhecida como a Lei do Piso, que estabelece o Piso Salarial Profissional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, na composição da jornada de trabalho, observando o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos e 1/3 (um terço) da jornada dedicada à preparação de aulas e às demais atividades fora da sala de aula.

opiniões distintas. Percebemos que as respostas das entrevistadas evidenciam que a formação continuada para as docentes não pode ser, algo eventual, nem apenas um instrumento destinado a suprir temas coletivos, deve ser parte do exercício profissional docente.

Assim para Tardif (2002, p.61), os saberes profissionais dos professores parecem ser, portanto:

plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-ser bastante diversificados e provenientes de fontes variadas, as quais podemos supor também que sejam de natureza diferente.

Nesse contexto, percebemos que os saberes dos professores tanto da zona rural quanto da zona urbana, estão fragmentados e precisam ser mais bem organizados para que a qualidade do currículo na educação infantil garanta um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e saberes das crianças, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 05 anos de idade (BRASIL, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desvelar o processo da formação continuada docente observado em duas instituições públicas de Educação Infantil de São Luís, situadas na zona rural e na zona urbana, se constituiu como tarefa desafiadora. Durante a observação e as entrevistas semiestruturadas, pudemos perceber que a formação continuada docente é considerada importante para os educadores, entretanto precisa ser pautada em conhecimentos científicos básicos para a formação do professor que atua na Educação Infantil.

É proeminente ressaltar que a formação docente é reconhecida pela legislação nacional e pelos estudiosos da área como elemento imprescindível para a melhoria de padrões de qualidade educacional.

Nessa perspectiva, o processo de formação continuada no interior da instituição educacional tanto na zona rural quanto na zona urbana precisa ser garantido para que atenda as necessidades das docentes e contemple as suas expectativas formativas e anseios no que diz respeito ao cotidiano escolar. Preconiza-se que sejam realizados de forma a não sobrecarregar a sua jornada de trabalho.

Sugerimos à gestão das referidas instituições investigadas, juntamente com sua equipe técnico-pedagógica que revejam o processo de formação continuada docente, considerando-o como elemento imprescindível para a mediação do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas. Portanto é tão primordial que se entenda que o trabalho docente na Educação

Infantil vai além de apenas cuidar, o pré-requisito para permanência do profissional na primeira etapa da educação básica, é promover práticas pedagógicas que garantam a aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. **Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe dez passos para se tornar um professor reflexivo.** In: *Educação & Sociedade*. N° 74, p. 251- 283, abril. 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009a.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: MEC, 23 dez. 1996.

_____. **Referenciais para a Formação de Professores.** Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/dowland/texto/me000511.pdf>>. Acesso em: 25 fev.2016.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.